

7 MAI 1987

ANC P-7
POLITICA

Comissões se mobilizam contra aborto

CORREIO BRAZILIENSE

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, recebeu uma carta assinada por milhares de eleitores, de diversos estados e entregue por cerca de 80 pessoas, apresentando o repúdio à violência praticada contra "um ser indefeso e inocente, por meio do crime de aborto".

Na carta, os eleitores do sexo feminino e masculino manifestam a revolta contra a possibilidade de ver legalizado o aborto no Brasil. Lembram que em nome da justiça e inovando os direitos humanos conclamam aos constituintes para que lutem contra a aprovação do aborto.

Uma das participantes do movimento de coleta de assinaturas, Helena Carvalho, disse que são mais de três mil assinaturas e que outras milhares de assinaturas estão sendo colhidas pelo Brasil inteiro, para apelar aos constituintes para que não aprovem o aborto.

Funarte pede mais acesso à cultura

Proteção ao patrimônio artístico, cultural e ambiental, democratização dos meios de produção e difusão cultural bem como dos meios de telecomunicação e definição clara contra a censura são alguns dos pressupostos que devem constar da Constituição para garantir ao cidadão brasileiro o acesso à cultura, segundo as propostas levadas ontem pela Funarte, Embráfime/Concine e Inacen, à Submissão de Educação, Cultura e Esportes.

O secretário de Apoio à Produção Cultural, Fábio Magalhães, representando a Funarte, disse que os órgãos governamentais tendem a minimizar a questão cultural, rotulando-a como uma espécie de "maquiagem".

O presidente do Concine, Gustavo Dahl, defendeu que a Constituinte deve garantir ao povo o usufruto de seus próprios produtos e expediu aos constituintes um requerimento sobre a responsabilidade da televisão brasileira no processo de autoritarismo que nos delimitou às voltas com o atual entulho. A consciência crítica da realidade é um direito do cidadão brasileiro, segundo o diretor do Inacen, Carlos Miranda.

Segundo a relatora, Maria Lucia Kubitschek, há consenso entre os constituintes de que a censura deve ser abolida, mas quanto à televisão, não há ainda tanta certeza. Segundo Márcia, o pedimento de 1 por cento do orçamento da União para ser aplicado no desenvolvimento da cultura, apresentado ontem pelo fórum dos secretários de Cultura, foi considerado muito pouco pelos constituintes que participaram da sessão.

Mulheres defendem igualdade

A presidente do Movimento da Mulher pelo Estabelecimento de Direito, Maria Lúcia D'Ávila Pizzolante, segunda das convidadas da reunião de ontem da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, presidida pelo deputado Antônio Mariz (PMDB-PB), sugeriu a criação, dentro da nova Constituição, do conceito de iguais oportunidades, a exemplo de vários países que já adotaram esta medida com sucesso.

Segundo ela, pelo princípio da igualdade, ninguém poderá ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de sexo. No entanto, ressaltou, isso não tem sido observado. E acrescentou: "O fato de a nova Constituição explicitar iguais direitos não é condição suficiente para assegurar o seu cumprimento, haja vista a Carta Magna em vigor que já prevê essa igualdade e, diariamente, se presenciarem inúmeras discriminações nos diferentes setores da vida nacional, atingindo sobretudo a mulher, alvo de permanentemente opressão, tal como violência, abuso sexual, desigualdade salarial, bem como de efetiva participação na vida política".

Segundo Maria Lúcia, o conselho visa garantir a igualdade de tratamento, quando frente a uma situação profissional.